

# CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.  
E se mais mundo houvera, lá chegara.  
CAMÕES, e, VII e 14.

**Diretor Presidente**  
Paulo Cabral de Araújo

**Diretor Vice-Presidente**  
Ari Cunha

**Diretor Gerente**  
Evaristo de Oliveira

**Diretor de Redação**  
Luiz Adolfo Pinheiro

**Diretor Técnico**  
Ari Lopes Cunha

**Diretor Comercial**  
Maurício Dinepi

## Proposta sensata

Já ultrapassada a fase das conversações exploratórias, o governo brasileiro irá ao encontro dos credores externos, esta semana, com uma proposta definitiva para o resgate da dívida. Não foi transposto ao conhecimento da imprensa, seguramente em atenção aos destinatários, o detalhamento da iniciativa. Como manda a boa norma diplomática, caberá ao Comitê Assessor da Dívida, instituição representativa dos bancos privados, divulgar por inteiro o plano de amortização de juros e resgate do principal elaborado pela equipe econômica do presidente Fernando Collor.

Desde logo, porém, sabe-se que dois pressupostos condicionam os termos para o desenvolvimento das negociações. Em primeiro lugar, o Brasil só comprometerá recursos de sua receita cambial para os encargos da dívida nos limites restritos de sua capacidade, cuja extensão será definida depois de procedidas as reservas consideradas adequadas à sustentação do desenvolvimento interno. O outro pré-requisito diz respeito ao tratamento do problema sob critérios políticos e não apenas na perspectiva de uma equação matemática, onde cabem apenas as frias relações financeiras e o império autoritário dos números.

Quanto ao aspecto político, sempre convém lembrar que os esforços conjuntos de devedor e credores não podem tangenciar os problemas internos do País endividado. Qualquer elastério na programação de recursos para o suprimento da dívida resultará, sem a menor dúvida, no rompimento dos já frágeis níveis de equilíbrio social, porque o go-

verno será compelido a reduzir a expansão interna e renunciar aos programas de valorização humana. O ato seguinte será a contestação das massas atingidas por um novo e mais violento infortúnio, na esteira do qual viajarão os agentes institucionais da desestabilização política. A ocorrência de tal hipótese precisa ser evitada a todo transe, não apenas no interesse do Brasil, mas, principalmente, dos próprios credores.

Com a recente adesão do presidente dos Estados Unidos, George Bush, às teses sustentadas pelo governo Collor, é possível prenunciar desenvolvimento proveitoso à iminente rodada de negociações. Como se sabe, o chefe de Estado norte-americano concordou em que o Brasil age corretamente quando condiciona a solução da dívida à formação de reservas para os investimentos internos e à adoção de processos não convencionais de resgate, como, por exemplo, a conversão de parcelas em aplicações nos planos internos de preservação ecológica.

O posicionamento de Bush deverá exercer influência poderosa na reformulação da estratégia dos credores, até porque o seu governo experimenta a dura realidade das políticas contencionistas, no caso adotadas para cortar o déficit público de 500 bilhões de dólares. É claro que, maior potência econômica do planeta, os EUA estão aptos a enfrentar a situação sem provocar grandes abalos sociais, mas o mesmo não se pode afirmar em relação ao Brasil. O governo brasileiro raciocina na base de que não pode pagar o que deve, mas deve pagar o que pode.